

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.179.643.564
Preferenciais	0
Total	1.179.643.564
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.262.729	1.171.003
1.01	Ativo Circulante	19.049	19.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.115	10.372
1.01.03	Contas a Receber	5.530	5.268
1.01.03.01	Clientes	5.530	5.268
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.419	1.705
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.419	1.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.863	2.196
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	278	0
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	1.585	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	122	183
1.01.08.03	Outros	122	183
1.01.08.03.02	Outros	122	183
1.02	Ativo Não Circulante	1.243.680	1.151.279
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	102.851	90.198
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.345	11.753
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	12.345	11.753
1.02.01.06	Tributos Diferidos	71.745	59.495
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71.745	59.495
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	473	772
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.288	18.178
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.288	18.178
1.02.03	Imobilizado	2.284	1.730
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.284	1.730
1.02.04	Intangível	1.135.770	1.055.677
1.02.04.01	Intangíveis	1.135.770	1.055.677
1.02.05	Diferido	2.775	3.674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.262.729	1.171.003
2.01	Passivo Circulante	87.201	121.448
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.309	3.575
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.309	3.575
2.01.02	Fornecedores	19.962	22.814
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.962	22.814
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.012	3.549
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.032	2.446
2.01.03.01.02	IRRF	60	1.485
2.01.03.01.03	PIS	76	72
2.01.03.01.04	COFINS	355	335
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	541	554
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	980	1.103
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.414	24.953
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35.963	24.778
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.963	24.778
2.01.04.02	Debêntures	3.451	175
2.01.05	Outras Obrigações	9.452	44.372
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.706	35.450
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.706	1.387
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	34.063
2.01.05.02	Outros	7.746	8.922
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.656	5.504
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	274	264
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	1.816	3.154
2.01.06	Provisões	13.052	22.185
2.01.06.02	Outras Provisões	13.052	22.185
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	13.052	22.185
2.02	Passivo Não Circulante	480.969	711.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	438.804	448.365
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	299.430	313.226
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	299.430	313.226
2.02.01.02	Debêntures	139.374	135.139
2.02.02	Outras Obrigações	0	225.440
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	225.440
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	225.440
2.02.04	Provisões	42.165	37.584
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.445	10.855
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	622	171
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	435	296
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	10.388	10.388
2.02.04.02	Outras Provisões	30.720	26.729
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	30.720	26.729
2.03	Patrimônio Líquido	694.559	338.166
2.03.01	Capital Social Realizado	829.034	448.818
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-134.475	-110.652

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.493	171.853	62.493	131.808
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-93.305	-168.517	-60.986	-129.723
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-31.971	-60.289	-26.736	-54.304
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-61.334	-108.228	-34.250	-75.419
3.03	Resultado Bruto	188	3.336	1.507	2.085
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.663	-7.914	-3.123	-5.386
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.663	-7.974	-3.190	-5.470
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.431	-7.355	-2.900	-4.902
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-281	-619	-290	-568
3.04.02.03	Outras receitas operacionais, liquidas	49	0	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	60	67	84
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.475	-4.578	-1.616	-3.301
3.06	Resultado Financeiro	-11.601	-31.495	-13.336	-27.270
3.06.01	Receitas Financeiras	597	1.491	1.233	1.940
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.198	-32.986	-14.569	-29.210
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.076	-36.073	-14.952	-30.571
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.107	12.250	5.169	10.430
3.08.02	Diferido	5.107	12.250	5.169	10.430
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.969	-23.823	-9.783	-20.141
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.969	-23.823	-9.783	-20.141
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00990	-0,03030	-0,02642	-0,05895
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00990	-0,03030	-0,02642	-0,05895

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.969	-23.823	-9.783	-20.141
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.969	-23.823	-9.783	-20.141

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.778	4.633
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.035	24.154
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-23.823	-20.141
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	33.584	19.918
6.01.01.03	Baixa de Ativos Permanentes	10	126
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-12.250	-10.430
6.01.01.05	Receitas Com Aplicação Vinculada	-667	-596
6.01.01.06	Juros e Variações Sobre Mútuos	11.258	14.889
6.01.01.07	Despesas de Juros	15.553	12.594
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	4.330	0
6.01.01.09	Resultado de Reversão de Ajuste a Valor Presente	1.298	718
6.01.01.10	Provisão (Reversão) para Riscos Cíveis e Trabalhistas	1.254	462
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovia	-512	6.614
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-26.257	-19.521
6.01.02.01	Contas a Receber	-262	-825
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	910	-2.287
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	385	698
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-110	0
6.01.02.06	Outros Creditos	61	-38
6.01.02.07	Fornecedores	-7.051	-214
6.01.02.08	Transações com Partes Relacionadas	-331	-121
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-266	-2
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-3.361	444
6.01.02.12	Cauções contratuais	-1.514	-2.339
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-1.221	832
6.01.02.14	Pagamento de juros	-12.833	-15.615
6.01.02.16	Pagamento riscos cíveis e trabalhistas	-664	-74
6.01.02.19	Contas a receber partes relacionadas	0	20
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-109.539	-76.293
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-729	-4
6.02.02	Adições ao Intangível	-108.786	-74.950
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-469	-3.775
6.02.04	Valor Resgatado de Aplicações Vinculadas	445	2.436
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	105.504	74.751
6.03.01	Captações	0	3.409
6.03.02	Risco Sacado	5.740	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-11.736	-10.658
6.03.04	Aumento de Capital	111.500	82.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-257	3.091
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.372	6.891
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.115	9.982

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	448.818	0	0	-110.652	0	338.166
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.818	0	0	-110.652	0	338.166
5.04	Transações de Capital com os Sócios	380.216	0	0	0	0	380.216
5.04.01	Aumentos de Capital	380.216	0	0	0	0	380.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.823	0	-23.823
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.823	0	-23.823
5.07	Saldos Finais	829.034	0	0	-134.475	0	694.559

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.04	Transações de Capital com os Sócios	82.000	0	0	0	0	82.000
5.04.01	Aumentos de Capital	82.000	0	0	0	0	82.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.142	0	-20.142
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.142	0	-20.142
5.07	Saldos Finais	364.818	0	254	-81.290	0	283.782

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	178.093	137.253
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	69.558	61.464
7.01.02	Outras Receitas	108.535	75.789
7.01.02.01	Receitas de Serviços de Construção	108.228	75.419
7.01.02.02	Outras Receitas	307	370
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-133.858	-106.817
7.02.04	Outros	-133.858	-106.817
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-16.698	-16.661
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-108.228	-75.419
7.02.04.03	Custo da Concessão	-2.771	-2.632
7.02.04.04	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovia	512	-6.614
7.02.04.05	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-4.277	-3.792
7.02.04.06	Outros	-2.396	-1.699
7.03	Valor Adicionado Bruto	44.235	30.436
7.04	Retenções	-33.584	-19.918
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.584	-19.918
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.651	10.518
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.265	19.429
7.06.02	Receitas Financeiras	1.491	1.424
7.06.03	Outros	3.774	18.005
7.06.03.01	Juros Capitalizados	3.774	17.489
7.06.03.02	Outros	0	516
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.916	29.947
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.916	29.947
7.08.01	Pessoal	8.829	8.196
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.762	6.223
7.08.01.02	Benefícios	1.631	1.562
7.08.01.03	F.G.T.S.	436	411
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-5.988	-4.951
7.08.02.01	Federais	-9.489	-8.042
7.08.02.03	Municipais	3.501	3.091
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.640	29.706
7.08.03.01	Juros	19.883	12.609
7.08.03.02	Aluguéis	330	255
7.08.03.03	Outras	5.427	16.842
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	635	4.623
7.08.03.03.02	Outras	1.653	1.601
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debentures	3.139	10.618
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.823	-20.141
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.823	-20.141
7.08.05	Outros	11.258	17.137
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	11.258	14.889
7.08.05.02	Juros Capitalizados	0	2.248

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 09 de agosto de 2017 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2017 (2T17), período encerrado em 30 de junho de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 2T17 foi de 6.280 mil veículos, 2,2% abaixo do realizado no mesmo período em 2016 (6.419mil). Essa redução se deve principalmente a deterioração do ambiente econômico que o país vem passando nos últimos 24 meses. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou aumento de 2,3%.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 14,1% em relação a igual período do ano anterior passando de R\$ 30,8 milhões no 2T16 para R\$ 35,2 milhões no 2T17. Esse incremento na receita de pedágio se deve principalmente ao aumento da tarifa ocorrido em 19 de dezembro de 2016. Na comparação com o 1T17 houve acréscimo de 2,3% refletindo melhora do tráfego no período.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 61,3 milhões no 2T17, sendo R\$ 27,1 milhões maior que o 2T16. O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma de obras que previa maior volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. Na comparação com o 1T17 houve aumento de R\$ 14,4 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 2T17 registraram queda de R\$ 143 mil se comparados ao 2T16. Houve redução nos custos com monitoração de sinalização e drenagem. Na comparação com 1T17 houve redução de R\$ 68 mil. Essa redução se deve principalmente a custos menores com conservação de pavimento e conservação e limpeza da faixa de domínio e serviços emergenciais de desobstrução de pista.
- As despesas administrativas no 2T17 apresentaram acréscimo de R\$ 493 mil em relação ao 2T16 devido principalmente a maiores gastos com honorários jurídicos. Em relação ao 1T16 houve redução de R\$ 502 mil influenciadas principalmente pela redução de despesas com combustíveis, contribuições sindicais e publicações legais.

Comentário do Desempenho



- De acordo com ICPC01 no 2T17 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 61,3 milhões, representando aumento de 79,1% se comparado com o 2T16. Em relação ao 1T17 o aumento foi de 30,8%. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- A provisão para manutenção no 2T17 aumentou R\$ 1,9 milhões em relação ao 2T16. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão e também devido à realização de estornos de provisões no 2T17 que reduziu o custo com manutenção. Na comparação com o 1T17, registramos acréscimo de R\$ 3,3 milhões refletindo menores estornos de provisões no trimestre atual.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 2T17 em R\$ 13,5 milhões, 68,2% maior frente aos R\$ 8 milhões registrados no 2T16. O acréscimo desse índice se deve principalmente a maiores receitas e menores custos e despesas operacionais e principalmente pela redução nos custos com provisão para manutenção. Em comparação com o 1T17, o EBITDA do 2T17 diminuiu R\$2 milhões influenciado principalmente pelo custo de provisão de manutenção da rodovia.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 2T17 R\$ 3,6 milhões maior em relação ao 2T16 refletindo o aumento da receita de pedágio e menores custos conforme mencionado anteriormente. Em relação ao 1T17 registramos aumento de R\$ 1,4 milhão do EBITDA ajustado representando acréscimo de 10%. Essa melhora no índice é reflexo do aumento da receita e redução das despesas operacionais em relação ao trimestre anterior.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 2T17 o resultado financeiro apresentou redução de 13,0%, na comparação com o 2T16. Essa variação positiva se deve a redução nas despesas financeiras refletindo a capitalização de mútuos e debêntures privadas que a Empresa possuía com a Arteris S.A. outro fator que influenciou a redução é a queda da inflação nos últimos meses reduzindo a variação monetária dos empréstimos atrelados ao IPCA. Na comparação com o 1T17 houve melhora no resultado financeiro de 41,7%.

Prejuízo

- No 2T17 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 10 milhões, apresentando variação de 1,9% em relação ao 2T16 influenciado principalmente por maiores custos depreciação. Em relação ao 1T17 o prejuízo da Empresa foi menor devido principalmente a menores despesas financeiras.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 2T17 com endividamento bruto de terceiros de 478,2 milhões, apresentando um acréscimo de 2,0% em relação ao 2T16, refletindo a incidência de juros remuneratórios do período. Na comparação com o 1T17 o endividamento aumentou 1,0%. O endividamento líquido no 2T17 foi de R\$ 455,8 milhões ante R\$ 453,5 milhões no 2T16.

Comentário do Desempenho



Investimentos

- No 2T17 foram investidos R\$ 109,5 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista simples completo Km 4,5 – SC;
- (ii) Execução de Obras de Contenção de taludes Serra do Espigão Km 103+380 ao 108+790/SC;
- (ii) Duplicação trecho Curitiba – PR a Fazenda Rio Grande – PR do km 124,56 ao km 142,7 totalizando 18,14 km;
- (iii) Pavimento;
- (iv) Sinalização horizontal;
- (v) Elementos de proteção e segurança;
- (vi) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (vii) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;
- (viii) Implantação de terceiras faixas em SC;
- (ix) Reparação, reforma e reforço de Obras de Artes Especiais - OAEs sobre linhas férreas nos km 047+480; 1+900; 0+180 e 114,360 SC.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16	1S17	1S16	Var% 1S17/1S16
Planalto Sul	6.280	6.138	6.419	2,3%	-2,2%	12.418	12.801	-3,0%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(em R\$ Mil)

	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16	1S17	1S16	Var% 1S17/1S16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	96.657	81.436	65.176	18,7%	48,3%	178.093	137.169	29,8%
Receitas de pedágio	35.170	34.388	30.825	2,3%	14,1%	69.558	61.464	13,2%
Receitas de obras	61.334	46.894	34.250	30,8%	79,1%	108.228	75.419	43,5%
Receitas acessórias	153	154	101	-0,6%	51,5%	307	286	7,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.164)	(3.076)	(2.683)	2,9%	17,9%	(6.240)	(5.361)	16,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	93.493	78.360	62.493	19,3%	49,6%	171.853	131.808	30,4%
CUSTOS E DESPESAS	(79.979)	(62.868)	(54.459)	27,2%	46,9%	(142.847)	(115.191)	24,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.809)	(13.877)	(13.952)	-0,5%	-1,0%	(27.686)	(28.174)	-1,7%
Custo dos serv. de construção	(61.334)	(46.894)	(34.250)	30,8%	79,1%	(108.228)	(75.419)	43,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.192)	(3.694)	(2.699)	-13,6%	18,3%	(6.886)	(4.500)	53,0%
Remuneração da administração	(281)	(338)	(290)	-16,9%	-3,1%	(619)	(568)	9,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(1.412)	1.924	(3.335)	-173,4%	-57,7%	512	(6.614)	-107,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	48	12	67	300,0%	-28,4%	60	84	-28,6%
EBITDA	13.514	15.492	8.034	-12,8%	68,2%	29.006	16.617	74,6%
Margem EBITDA	14,5%	19,8%	12,9%			16,9%	12,6%	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(16.989)	(16.595)	(9.650)	2,4%	76,1%	(33.584)	(19.918)	68,6%
Depreciação de imobilizado	(110)	(96)	(62)	14,6%	77,4%	(206)	(125)	64,8%
Amortização do intangível	(16.430)	(16.049)	(9.138)	2,4%	79,8%	(32.479)	(18.894)	71,9%
Amortização do diferido	(449)	(450)	(450)	-0,2%	-0,2%	(899)	(899)	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(11.601)	(19.894)	(13.336)	-41,7%	-13,0%	(31.495)	(27.270)	15,5%
Receitas financeiras	597	894	1.233	-33,2%	-51,6%	1.491	1.940	-23,1%
Despesas financeiras	(12.198)	(20.788)	(14.569)	-41,3%	-16,3%	(32.986)	(29.210)	12,9%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(15.076)	(20.997)	(14.952)	-28,2%	0,8%	(36.073)	(30.571)	18,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.107	7.143	5.169	-28,5%	-1,2%	12.250	10.430	17,4%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	5.107	7.143	5.169	-28,5%	-1,2%	12.250	10.430	17,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(9.969)	(13.854)	(9.783)	-28,0%	1,9%	(23.823)	(20.141)	18,3%

EBITDA AJUSTADO

(em R\$ Mil)

	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16	1S17	1S16	Var% 1S17/1S16
EBITDA ¹	13.514	15.492	8.034	-12,8%	68,2%	29.006	16.617	74,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.412	(1.924)	3.335	-173,4%	-57,7%	(512)	6.614	-107,7%
EBITDA Ajustado ²	14.926	13.568	11.369	10,0%	31,3%	28.494	23.231	22,7%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$68.152 (R\$101.724 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 9 agosto de 2017.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 30 de junho de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$28.613, a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima, em 30 de junho de 2017, o montante de R\$78.497 (R\$185.347 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$263.066 (R\$262.259 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$118.424.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta - ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.062	992
Aplicações financeiras (*)	<u>9.053</u>	<u>9.380</u>
Total	<u><u>10.115</u></u>	<u><u>10.372</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,70 % do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	5.000	4.454
Cartões de pedágio a receber	335	318
Receitas acessórias a receber	<u>195</u>	<u>496</u>
Total	<u><u>5.530</u></u>	<u><u>5.268</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

Notas Explicativas

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.076)	(36.073)	(14.952)	(30.571)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	5.126	12.265	5.084	10.394
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	(19)	(15)	85	36
Total	<u>5.107</u>	<u>12.250</u>	<u>5.169</u>	<u>10.430</u>
Despesa contabilizada	5.107	12.250	5.169	10.430
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	<u>5.107</u>	<u>12.250</u>	<u>5.169</u>	<u>10.430</u>
	<u>5.107</u>	<u>12.250</u>	<u>5.169</u>	<u>10.430</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	176.367	135.650
Provisão de participação nos lucros	654	1.359
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	11.445	10.855
Outras provisões	398	521
Provisão para manutenção de rodovias	43.772	48.914
Base de cálculo ativa	<u>232.636</u>	<u>197.299</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>79.096</u>	<u>67.082</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	3.460	2.768
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(5)	(4)
Base de cálculo passiva	<u>(21.622)</u>	<u>(22.313)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(7.351)</u>	<u>(7.586)</u>
Base de cálculo	<u>211.014</u>	<u>174.986</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>71.745</u>	<u>59.495</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

Notas Explicativas

- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	1.920
2018	3.795
2019	8.127
2020	8.127
Após 2021	57.127
	<u>79.096</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2017 o saldo é de R\$12.345 (R\$11.753 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,34% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2016	432	414	553	632	999	73	-	3.103
Adições	38	124	15	322	246	-	25	770
Alienações/baixas	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Saldo em 30.06.2017	470	538	568	954	1.232	73	25	3.860
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2016	(277)	(336)	(24)	(302)	(432)	(2)	-	(1.373)
Depreciações	(23)	(27)	(54)	(43)	(55)	(4)	-	(206)
Alienações/baixas	-	-	-	-	3	-	-	3
Saldo em 30.06.2017	(300)	(363)	(78)	(345)	(484)	(6)	-	(1.576)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2016	155	78	529	330	567	71	-	1.730
Saldo em 30.06.2017	170	175	490	609	748	67	25	2.284
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%		

Notas Explicativas

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.067	405	183	978	2.633
Adições	-	10	-	4	14
Alienações/baixas	(1)	-	(45)	(1)	(47)
Saldo em 30.06.2016	<u>1.066</u>	<u>415</u>	<u>138</u>	<u>981</u>	<u>2.600</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(482)	(301)	(166)	(335)	(1.284)
Depreciações	(51)	(17)	(8)	(49)	(125)
Alienações/baixas	1	-	43	-	44
Saldo em 30.06.2016	<u>(532)</u>	<u>(318)</u>	<u>(131)</u>	<u>(384)</u>	<u>(1.365)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	585	104	17	643	1.349
Saldo em 30.06.2016	534	97	7	597	1.235
Taxas de depreciação - a.a.	10%	4%	20%	20%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.154.616	792	36.414	-	1.191.822
Adições	39.259	74	72.988	251	112.572
Transferências/Reclassificações	30.914		(30.914)		-
Saldo em 30.06.2017	<u>1.224.789</u>	<u>866</u>	<u>78.488</u>	<u>251</u>	<u>1.304.394</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(135.505)	(640)	-	-	(136.145)
Amortizações	(32.441)	(38)			(32.479)
Saldo em 30.06.2017	<u>(167.946)</u>	<u>(678)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(168.624)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.019.111	152	36.414	-	1.055.677
Saldo em 30.06.2017	1.056.843	188	78.488	251	1.135.770
Taxas de amortização - a.a.	5,12%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	752.210	792	247.642	2	1.000.646
Adições / Reversões	29.440	-	59.332	-	88.772
Transferências / Reclassificações	7.353	-	(7.351)	(2)	-
Alienações/baixas	-	-	(123)	-	(123)
Saldo em 30.06.2016	<u>789.003</u>	<u>792</u>	<u>299.500</u>	<u>-</u>	<u>1.089.295</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(93.277)	(545)	-	-	(93.822)
Amortizações	(18.847)	(47)	-	-	(18.894)
Saldo em 30.06.2016	<u>(112.124)</u>	<u>(592)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(112.716)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	658.933	247	247.642	2	906.824
Saldo em 30.06.2016	676.879	200	299.500	-	976.579
Taxas de amortização - a.a.	3,54%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2017 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de junho de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$3.774 (R\$14.489 em 30 de junho de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 8,26% ao ano e 5,50% ao ano em 2016.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(15.057)</u>	<u>(14.158)</u>
	<u>2.775</u>	<u>3.674</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	30.448	301.001	24.965	314.864
Risco sacado (b)	5.705	-	-	-
	<u>36.153</u>	<u>301.001</u>	<u>24.965</u>	<u>314.864</u>
Custo de transação	(190)	(1.571)	(187)	(1.638)
	<u>35.963</u>	<u>299.430</u>	<u>24.778</u>	<u>313.226</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Notas Explicativas

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	264.075	274.253
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	40.966	40.618
(a)	Real	BNDES	IPCA + 8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	26.166	24.718
(a)	Real	BNDES	TJLP	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	242	240
(b)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Sem garantia	5.705	-
						337.154	339.829

Em 30 de junho de 2017, o saldo de R\$5.705 refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$10.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de junho de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	14.916
2019	34.248
2020	36.972
2021	39.930
A partir de 2022	174.935
	301.001

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida

Notas Explicativas

(-) Contribuição social

(+) Depreciações e amortizações
 (+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
 (+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	30.06.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	3.557	140.162	280	135.970
Custo de transação	(106)	(788)	(105)	(831)
Total	3.451	139.374	175	135.139

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2017	31.12.2016
2ª emissão - Série única	10.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	143.719	136.250
				<u>143.719</u>	<u>136.250</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão Série	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845

Notas Explicativas

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 30 de junho de 2017, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	2.369
2019	1.378
2020	7.303
2021	13.366
A partir de 2022	115.746
	<u>140.162</u>

Em 30 de junho de 2017, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2017, o saldo de R\$19.962 (R\$22.814 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.656 (R\$5.504 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 30 de junho de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	-	33.707
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	291	356
<u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.415	1.387
Total	<u>1.706</u>	<u>35.450</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	225.440
Total	<u>-</u>	<u>225.440</u>

	TRIMESTRE					
	30.06.2017			30.06.2016		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(2.408)	(694)	-	(8.829)	(616)
<u>Coligadas</u>						
Litoral Sul S.A.	(401)	-	-	(400)	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(401)	(2.408)	(694)	(400)	(8.829)	(617)
Total	<u>(401)</u>	<u>(2.408)</u>	<u>(694)</u>	<u>(400)</u>	<u>(8.829)</u>	<u>(617)</u>
	 <u>PERÍODO DE SEIS MESES</u>					
	30.06.2017			30.06.2016		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(11.258)	(1.453)	-	(17.137)	(1.128)
<u>Coligadas</u>						
Litoral Sul S.A.	-	-	-	-	-	(1)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(801)	-	-	(800)	-	-
Total	<u>(801)</u>	<u>(11.258)</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(800)</u>	<u>(17.137)</u>	<u>(1.129)</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 3ª e 4ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos foram remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread respectivamente de 1,4% e 1,5% ao ano.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
30.03.2015	01.03.2018	CDI + 1,40% a.a.	-	-	8.000	1.952
19.08.2015	01.08.2017	CDI + 1,500% a.a.	-	-	20.000	3.755
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.000</u>	<u>5.707</u>

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	8.000	8.709
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	13.000	14.152
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	16.000	17.418
28.01.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	-	-	25.000	13.185
19.04.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	-	-	35.000	17.611
27.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	-	-	20.000	9.014
30.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	-	-	20.000	8.351
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137.000</u>	<u>88.440</u>

Em abril de 2017 a Sociedade liquidou as obrigações relativas aos mútuos e debêntures descritos anteriormente através de aumento de capital, mediante emissão de 491.254.503 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal as quais foram totalmente integralizadas na mesma data.

Além das operações acima mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$8.193 (R\$11.727 em 30 de junho de 2016).

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017, a Sociedade reconheceu respectivamente os montantes de R\$207 e R\$427 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$61 e R\$192 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$281 e R\$619 (R\$290 e R\$568 em 30 de junho de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas**16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$654 e R\$1.359.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2017
Cíveis	296	316	(57)	(120)	435
Trabalhistas	171	1.469	(474)	(544)	622
Regulatórios	10.388	132	(132)	-	10.388
Total	<u>10.855</u>	<u>1.917</u>	<u>(663)</u>	<u>(664)</u>	<u>11.445</u>

Notas Explicativas

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2016</u>
Cíveis	79	168	(2)	(67)	178
Trabalhistas	41	329	(33)	(7)	330
Total	<u>120</u>	<u>497</u>	<u>(35)</u>	<u>(74)</u>	<u>508</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$10.388. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$12.600 (R\$2.100 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 30 de junho de 2017 representam o montante de R\$616 (R\$339 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.288 (R\$18.178 em 31 de dezembro de 2016), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$87 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão de investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>
	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>
Saldos em 31.12.2016	22.185	26.729
Adições/Reversões	-	(512)
Utilizações	(5.963)	
Ajuste a valor presente	-	1.333
Transferências	(3.170)	3.170
Saldo em 30.06.2017	<u>13.052</u>	<u>30.720</u>

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2015	-	1.217	41.049	3.434
Adições/Reversões (a)	(42)	(4.135)	6.656	-
Ajuste a valor presente	-	(636)	1.234	120
Transferências	5.242	3.554	(5.242)	(3.554)
Saldo em 30.06.2016	<u>5.200</u>	<u>-</u>	<u>43.696</u>	<u>-</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$5.963 (não haviam realizações em 30 de junho de 2016).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de junho de 2017 é de R\$ 870.034, compostos por 1.247.976.897 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$ 829.034 que representa 1.179.643.564 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 467.818, compostos por 542.853.774 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$ 448.818 que representava 515.680.917 ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.01.2017	AGE*	Dinheiro	-	-	18.000
06.02.2017	AGE*	Dinheiro	-	-	1.000
06.02.2017	AGE	Dinheiro	3.076.923	2.000	2.000
20.02.2017	AGE	Dinheiro	21.538.462	14.000	14.000
06.03.2017	AGE	Dinheiro	1.538.462	1.000	1.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	16.923.076	11.000	11.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	5.084.746	3.000	3.000
05.04.2017	AGO/E	Dinheiro	6.319.115	4.000	4.000
20.04.2017	AGO/E	Dinheiro	22.116.904	14.000	14.000
28.04.2017	AGE	Mútuos/Debêntures	491.254.503	268.716	268.716
05.05.2017	AGO/E	Dinheiro	8.688.784	5.500	5.500
22.05.2017	AGE	Dinheiro	23.696.683	15.000	15.000
05.06.2017	AGE	Dinheiro	4.739.337	3.000	3.000
20.06.2017	AGE	Dinheiro	27.646.130	17.500	17.500
30.06.2017	AGE	Dinheiro	4.166.667	2.500	2.500
30.06.2017	AGE**	Dinheiro	68.333.333	41.000	-
			<u>705.123.125</u>	<u>402.216</u>	<u>380.216</u>

(*) Integralização referente ao saldo do capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 20 de julho de 2016.

(**) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2017.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	35.170	69.558	30.825	61.464
Receita de serviços de construção	61.334	108.228	34.250	75.419
Outras receitas	153	307	101	286
	<u>96.657</u>	<u>178.093</u>	<u>65.176</u>	<u>137.169</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	96.657	178.093	65.176	137.169
ISSQN	(1.766)	(3.493)	(1.546)	(3.086)
PIS	(231)	(457)	(202)	(405)
COFINS	(1.069)	(2.111)	(935)	(1.870)
Outras deduções	(98)	(179)	-	-
Receita líquida	<u>93.493</u>	<u>171.853</u>	<u>62.493</u>	<u>131.808</u>

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.461)	(2.919)	(1.488)	(2.276)
Serviços de terceiros	(764)	(1.178)	(198)	(416)
Manutenção de bens e conservação	(107)	(193)	(54)	(112)
Depreciação / Amortização	(239)	(469)	(201)	(402)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(360)	(1.254)	(312)	(462)
Comunicação e marketing	(171)	(276)	(182)	(312)
Seguros/Garantias	8	(11)	(3)	(5)
Consumo	(150)	(301)	(141)	(279)
Transportes	3	(143)	(70)	(129)
Publicações legais	(1)	(108)	(113)	(118)
Outros	(189)	(503)	(138)	(391)
Total	(3.431)	(7.355)	(2.900)	(4.902)

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(61.334)	(108.228)	(34.250)	(75.419)
Com pessoal	(2.740)	(5.292)	(2.888)	(5.356)
Serviços de terceiros	(4.797)	(9.470)	(4.415)	(8.752)
Conservação	(3.367)	(7.237)	(3.623)	(7.966)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(183)	(377)	(212)	(588)
Consumo	(635)	(1.248)	(681)	(1.353)
Transportes	(534)	(1.033)	(519)	(1.038)
Verba de Fiscalização	(824)	(1.647)	(770)	(1.539)
Seguros / Garantias	(401)	(807)	(231)	(663)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.412)	512	(3.335)	(6.614)
Depreciação / Amortização	(16.750)	(33.115)	(9.449)	(19.516)
Outros	(328)	(575)	(613)	(919)
Total	(93.305)	(168.517)	(60.986)	(129.723)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	511	1.044	568	976
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	516	516
Outras receitas	86	447	149	448
Total	597	1.491	1.233	1.940

Notas Explicativas

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(11.310)	(31.141)	(13.794)	(27.483)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(614)	(1.298)	(578)	(1.234)
Outras despesas	(274)	(547)	(197)	(493)
Total	<u>(12.198)</u>	<u>(32.986)</u>	<u>(14.569)</u>	<u>(29.210)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	30.120	19.136
Integralização de capital – mútuos	268.716	-
Juros capitalizados	3.774	17.489
	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(30.067)	(22.793)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo do período	(9.969)	(23.823)	(9.783)	(20.141)
Número de ações durante período	<u>1.007.246</u>	<u>786.161</u>	<u>370.278</u>	<u>341.665</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0099)</u>	<u>(0,0303)</u>	<u>(0,0264)</u>	<u>(0,0589)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do

Notas Explicativas

prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.06.2017				31.12.2016			
		Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	10.115	-	-	-	10.372	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	5.530	-	-	-	5.268	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	12.345	-	-	-	11.753	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	122	-	-	-	183	-	-
Fornecedores e cações	Nível 2	-	-	-	25.618	-	-	-	28.318
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	-	335.393	-	-	-	338.004
Debêntures	Nível 2	-	-	-	142.825	-	-	-	135.314
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-	259.147
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	-	-	274	-	-	-	264
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	-	1.816	-	-	-	3.154
		<u>10.115</u>	<u>5.652</u>	<u>12.345</u>	<u>505.926</u>	<u>10.372</u>	<u>5.451</u>	<u>11.753</u>	<u>764.201</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Notas Explicativas

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Receita de aplicações financeiras	43	54	65
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(21.297)	(26.621)	(31.945)
Juros a incorrer líquido(*)	(21.297)	(26.621)	(31.945)
IPCA	4,30%	5,38%	6,45%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(7.112)	(8.890)	(10.668)
Juros a incorrer líquido(*)	(7.112)	(8.890)	(10.668)
Juros a incorrer (*)	<u>(28.366)</u>	<u>(35.457)</u>	<u>(42.548)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$5.000 (R\$4.454 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Debêntures - IPCA	10,10%	6.723	543	3.615	15.645	583.531	610.057
BNDES Automático	10,12%	24.629	56.648	57.305	57.022	263.815	459.419
Capital de giro / Risco sacado	1,33%	5.705	-	-	-	-	5.705
Fornecedores e cauções	-	22.790	2.828	-	-	-	25.618
Outras contas a pagar	-	1.816	-	-	-	-	1.816
Fornecedores partes relacionadas	-	1.706	-	-	-	-	1.706
		<u>63.369</u>	<u>60.019</u>	<u>60.920</u>	<u>72.667</u>	<u>847.346</u>	<u>1.104.321</u>

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	Total
Debêntures - IPCA	10,10%	-	6.723			6.723
BNDES Automático	10,12%	12.314	12.315	17.151	13.170	54.950
Capital de giro / Risco sacado	1,33%	5.705	-	-	-	5.705
Fornecedores e cauções	-	21.376	1.414	1.414	1.414	25.618
Outras contas a pagar	-	1.816	-	-	-	1.816
Fornecedores partes relacionadas	-	1.706	-	-	-	1.706
		<u>42.917</u>	<u>20.452</u>	<u>18.565</u>	<u>14.584</u>	<u>96.518</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Límites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	63.778

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$20.296.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Notas Explicativas

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Forma de integralização</u>	<u>Ações emitidas</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.07.2017	30.06.2017	Dinheiro	8.333.334	5.000	5.000
20.07.2017	30.06.2017	Dinheiro	26.666.667	15.000	15.000
06.08.2017	30.06.2017	Dinheiro	4.166.667	2.500	2.500
				<u>22.500</u>	<u>22.500</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 9 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Rio Negro, 09 de agosto de 2017

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 09 de agosto de 2017

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente